

<b>Evento</b>	Reunião do Comitê Gestor Regional do PJe
---------------	--

<b>Data</b>	13/5/2019	<b>Horário</b>	10h30	<b>Local</b>	Sala de Reuniões da Presidência
-------------	-----------	----------------	-------	--------------	---------------------------------

<b>Presentes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desembargador Luiz Antonio Lazarim;</li> <li>- Desembargador Claudinei Zapata Marques;</li> <li>- Desembargadora Luciane Storel da Silva;</li> <li>- Desembargador Renan Ravel Rodrigues Fagundes;</li> <li>- Adriana Bizarro, Procuradora Regional do Trabalho;</li> <li>- Cristiane Montenegro Rondelli, Juíza Auxiliar da Presidência;</li> <li>- Lúcia Zimmermann, Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional;</li> <li>- Renato Sant'anna, Juiz Auxiliar da Vice Presidência Administrativa;</li> <li>- Levi Rosa Tomé, Juiz Titular de Vara;</li> <li>- Paulo Eduardo Almeida, Secretário-Geral Judiciário;</li> <li>- Herbert Wittmann, Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações;</li> <li>- Edson Donadon, Secretário Judiciário;</li> <li>- Massaco Okamoto Albrecht, Diretora de Serviço do Núcleo de Apoio do PJe-JT;</li> <li>- Paulo Salvador, Diretor de Secretaria de Vara;</li> <li>- Cláudio Aparecido Vieira, Diretor Secretário Geral da Subseção da OAB em Campinas.</li> </ul>
------------------	--

<b>Assunto</b>	Reunião Periódica do Comitê Gestor Regional do PJe
----------------	--

<b>Pauta</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assuntos Gerais</li> </ul>

<b>Reunião</b>
----------------

O Excelentíssimo Desembargador Coordenador do Comitê, Luiz Antonio Lazarim, saudando os presentes e agradecendo pelo comparecimento, passou à análise de vários itens.

1 - Dr. Lazarim trouxe aos presentes os dados constantes de um relatório emitido pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, destacando que esse Tribunal possui atualmente 1.618.197 processos em 1o grau, sendo superado em quantidade de processos apenas pela 2a Região que possui 1.728.118 processos nesta instância. No segundo grau, o Tribunal é o que mais possui processos no país, sendo um total de 279.785 processos, estando inscritos 143.441 advogados no 1o grau e 67.532 advogados no 2o grau. Ressaltou que esses números demonstram a grandeza que tomou o projeto de implementação do processo eletrônico na justiça trabalhista e a posição e responsabilidade que possui a 15a Região no contexto nacional. Neste sentido também, lembrou que apesar dos números apresentados e das dificuldades associadas, o sistema está sendo muito usado no Regional com altos índices de estabilidade e disponibilidade a todos os usuários.

2 - **Protocolo 2159/2019** - tabelas unificadas do PJe - A partir do lançamento de uma nova versão das tabelas processuais unificadas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e que deverão ser implementadas por todos os Tribunais do país, discutiu-se como estão esses trabalhos na 15a região, havendo consenso que para o PJe eventuais alterações virão em versões ou atualizações disponibilizadas pelo Comitê Nacional do Sistema em Brasília, restando a questão que envolve o legado e principalmente o egestão. Neste sentido, a Dra. Luciane Storel informou que está trabalhando com as tabelas que tratam de alguns assuntos como Brumadinho e está fazendo a revisão com a atualização de assuntos.

3 - **Migração de Processos físicos** - Dra. Lúcia esclareceu que precisam ser migrados aproximadamente 1200 processos físicos antes da sentença. Porém, esclarece que vislumbra dificuldades para a digitalização integral do processo em diversas unidades, citando, como exemplo, a Vara de Mogi Guaçu. Edson Donadon disse que os processos devem ser classificados conforme sua tabela do TST. Dr. Lazarim falou sobre a linha de produção para migração e sugeriu fazer com a sentença como marco inicial. Dra. Luciane lembrou que em agosto tem a próxima versão e isso vai facilitar a migração. Dr. Lazarim lembrou que o custo da migração é por folha e o juiz faz a partir da sentença. Depois de distribuído no tribunal o processo físico migrado a partir da sentença deve ser enviado ao segundo grau e tratado como volume. A partir de agosto com a nova versão o juiz sentencia e o processo é migrado e não se deve digitalizar o processo todo. Não haverá a migração imediata para sentença. Deve ser intensificada a cobrança das metas pela Corregedoria, com a finalidade de evitar a migração dos processos antes da prolação da sentença. Oportunamente, deverá ser feita a comunicação ao primeiro grau sobre o cronograma da nova versão em agosto e a necessidade de migração dos processos a partir de então. Os processos físicos que serão sentenciados até agosto seguem a regra normal da migração e depois de agosto, com a nova versão, começa a tramitar no PJe normalmente. A nova versão está programada para 25/08/2019 - isso será amplamente divulgado. Sugestão Paulo Salvador - bloquear o registro no SAP a partir da nova versão, o que será objeto de estudo.

4 - **PROADs 5872/2019 e 6752/2019** - questionamento da OAB quanto à juntada de mídias - Herbert esclareceu que no TRTSP há uma página em que pode haver o repositório de mídia de toda a região. São duas linhas possíveis para solução: nacionalizar a solução da segunda



região ou continuar recebendo as mídias físicas para acesso quando necessário. Esclareceu em relação a solução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, conhecida como PJe mídias que o TRT da 9ª Região o utiliza, que envia seus documentos por meio desse sistema. Massako esclareceu que há possibilidade de acesso para buscar mídias de outros regionais e isso não é complicado, mas no nosso regional não conseguimos gravar as mídias. Dra. Lúcia sugeriu adesão ao sistema PJe Mídias do CNJ, mas Dr. Lazarim esclareceu que não pode ser utilizado esse sistema do CNJ. Dra. Luciane sugeriu encaminhar como sugestão de melhoria e verificar a possibilidade de inserção de mídia. **Aprovado o encaminhamento como sugestão de melhoria para inserção de mídias no PJe pois há necessidade de mudar o sistema de entrega da mídia física que não pode ficar na Vara.** Herbert lembrou da necessidade da solução a ser adotada atender requisito de segurança da informação como cópias de segurança por exemplo, bem como a questão que envolve o sigilo das mídias armazenadas. **Encaminhado para SETIC fazer um estudo sobre a solução encontrada no TRT2.**

5 - Dra. Lúcia relatou que teve uma reunião com a comissão das prerrogativas da OAB e os advogados solicitaram maior comunicação sobre o PJe - Dr. Claudio esclareceu que houve a mudança na administração e estão ampliando essa comunicação.

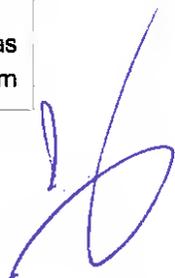
6 - **Curso para os advogados** - demanda da OAB de Sorocaba - sugestão do Dr. Lazarim de preparar curso para os advogados. Sugestão do comitê de fazer um curso no segundo semestre para demonstrar como montar uma reclamação trabalhista. A classificação correta do documento permite um acesso mais fácil. Aproveitar para fazer esse curso na escola - curso prático para ensinar a trabalhar o KZ - tanto para os funcionários, juizes e advogados. Importante a classificação dos documentos e não incluir somente como "documentos diversos". Sugestão do Dr. Levi - levar para o curso que o documento colado na peça não representa o documento juntado e levar sugestão para otimizar as peças juntadas, desde a petição inicial.

7 - OAB enviou a solicitação de melhoria, para que haja a possibilidade no sistema de atualização da habilitação do advogado, em que pese a vedação de peticionamento em grau diverso - insistir como encaminhamento de sugestão. Donadon disse que o sistema deveria atualizar automaticamente - Encaminhar para o Comitê Nacional a **sugestão de melhoria para aproveitar o cadastro dos advogados feito no Recurso ordinário** - conforme e-mail Dr. Daniel Bilstein de 09/04/2019.

8 - Dra. Luciané trouxe demanda de usuário da Vara de Teodoro Sampaio para marcar audiência de conciliação e audiência futura de Instrução, ou seja, com a previsão de duas audiências simultâneas no calendário no PJe - **encaminhar como solicitação de melhoria para o Comitê Nacional.**

9 - Dra. Luciane apresentou proposta para prevenção de doenças profissionais dos servidores com incentivo de parada a cada 90 minutos - ação preventiva que está dentro das metas de saúde. Colocar uma mensagem no desktop para todos - na estação de trabalho. Encaminhado à TI para que seja implementada a sugestão - ao Herbert.

10 - Massako pediu que fosse adequado o Provimento 03/2019 com uma delimitação para as entidades estaduais via sistema e para as entidades municipais. Sugestão de fazer um



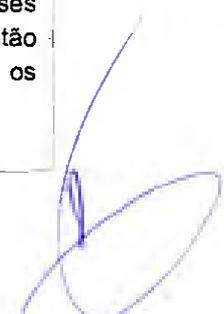
cadastro de master. Estudar a necessidade de novos normativos a partir de uma reunião a ser feita com a Corregedoria, Núcleo do PJe e Presidência para regularizar e ver as melhores possibilidades - Herbert sugeriu que o uso de email seja realizado como forma de apoio às comunicações e não como mecanismo principal. Sugestão do Dr. Lazarim - usar um email específico para notificação das entidades.

11 - Herbert trouxe notícias acerca dos pedidos feitos na reunião anterior - para que as notificações fossem levadas ao comitê nacional - conforme ata anterior - Notícias de Brasília - que esse assunto não é interesse da OAB nacional - Dr. Lazarim afirmou que esse assunto pode evoluir com o sistema de comunicação na administração pública. O ideal seria que a comunicação fosse pelo portal, mas é interessante divulgar as soluções encontradas para a administração pública.

12 - PJe Container - Herbert informou que será implementado nas próximas duas semanas para a parte interna que vai trabalhar na nova estrutura e o público externo será inserido gradativamente. A capacidade está sendo monitorada.

13 - EXE 15. Apresentadas por Herbert e Dra. Lúcia duas situações - projeto que está sendo desenvolvido há alguns meses e houve o registro no sistema do TST do cronograma prevendo a realização de alguns scripts e atividades. Nesse período o TST mudou o padrão de integração e com isso houve um atraso nas entregas. A previsão inicial de entrega completa do EXE 15 era outubro, mas o sistema não será entregue integralmente nesta data considerando as dificuldades que estão sendo encontradas pelas equipes técnicas envolvidas, seja na construção da solução em si, mas principalmente na integração que é necessária ao código principal do sistema. Dra. Lúcia lembrou que o novo cronograma e a requisição de mudança (RDM) devem ser documentados, pois o CSJT não aceitou os relatórios entregues até então por deficiência na documentação. Lembrou que apesar de todo o trabalho já efetuado, a leitura do TST é que nada foi feito. Importante que o registro de requisição de mudança seja comunicado e registrado no sistema do TST - A TI está trabalhando intensamente. Importante incluir no JIRA essas alterações de cronograma para documentar todo o processo. Herbert disse que isso será regularizado nessas duas semanas. A questão sobre os atrasos nas entregas estão relacionadas aos problemas de integração que ocorreram onde somente há duas semanas atrás foi liberada a versão de integração, havendo necessidade de adequação do que já foi construído para que seja aceito pelo CSJT. A documentação será regularizada antes da reunião geral que ocorrerá em junho em Brasília com todos os Comitês Regionais do Sistema.

14 - Dra. Lúcia noticiou ações da Corregedoria: a edição do Comunicado CR 09/2019 - vedando o agravo de petição físico e sobre a Recomendação 6/2019 sobre agravo de instrumento. Noticiou, ainda, que o Sicond não possibilita apurar eventuais RO's represados no primeiro grau. Pelo SAO seria possível o cruzamento de dois relatórios para identificação desses ROs. Dr. Lazarim enfatizou a realização do Relatório por vara, por ano e que isso está na finalização. Aduziu a necessidade de aperfeiçoamento e de controle a ser feito com esses relatórios, sugerindo o prazo de 90 dias para todos os recursos subirem ao tribunal. A gestão por relatório deve ser usada no segundo grau - o gabinete tem que saber quais são os processos.





15 - Sessão do pleno - Solicitar para a Presidência para o Dr. Lazarim e Dr. Claudinei fazer uma apresentação sobre o relatório de gestão do Gabinete;

16 - MPT. Dra. Adriana relatou dificuldades em identificar o interesse do menor de idade no PJe. Sugere que seja lançada essa informação pela Vara. Segundo Massako, somente o Comitê Nacional pode definir o momento da colocação do destaque, cabendo ao advogado incluir. No curso para a OAB deve ser feita essa orientação. Dra. Lúcia propôs o estudo pela Corregedoria para disciplinar tal saneamento pela Vara do Trabalho. Massako ficou de estudar como fazer esse destaque.

17 - Interligação Banco do Brasil - noticiada a implementação prevista para dia 03/07/2019.

18 - PROAD 19323/2018 - Demanda do Fórum de São José do Rio Preto sobre possibilidade de readequação dos números de processos distribuídos entre as varas. Estudar com a TI e com o núcleo uma solução.

Não havendo outras questões, encerrou-se a reunião às 12h28.

Ata preparada por Cristiane Montenegro Rondelli

Em 13/5/2019

Luiz Antonio Lazarim  
Desembargador Presidente do Comitê

